

Eixo 3: Política e gestão da Educação Superior
INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A
MOBILIDADE ESTUDANTIL NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Larissa Maria da Costa Fernandes Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
larissamfernandes@hotmail.com
Bolsista CAPES

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
alda@ufrnet.br

Resumo

No campo das políticas educacionais, a internacionalização tem se caracterizado como meio para que os programas de pós-graduação possam garantir acesso ao conhecimento construído e disseminado mundialmente. Sendo assim, este trabalho objetiva analisar como se configura a internacionalização da pós-graduação brasileira na atualidade. Como procedimentos de pesquisa, realizamos um estudo bibliográfico, uma análise documental e a elaboração de uma série histórica (2001 a 2010), evidenciando o número de bolsas no exterior concedidas pela CAPES. Concluímos que houve uma expansão da mobilidade na pós-graduação brasileira, mas que ela ainda é muito incipiente, necessitando de políticas mais efetivas nesse campo.

Palavras-chave: Pós-graduação. Internacionalização. Mobilidade estudantil.

Eixo 3: Política e gestão da Educação Superior
INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A
MOBILIDADE ESTUDANTIL NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Larissa Maria da Costa Fernandes Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
larissamfernandes@hotmail.com
Bolsista CAPES

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
alda@ufrnet.br

O processo de globalização que vem se consolidando nas últimas décadas tem exigido das estruturas culturais, sociais, econômicas e políticas formas de organização e posturas cada vez mais flexíveis, promovendo uma adequação ou mesmo uma subordinação das nações a esse novo contexto. Para Ianni (2011), ao mesmo tempo que isso ocorre, observa-se um declínio do Estado-nação, que, com o desenvolvimento da tecnologia, mais especificamente as de comunicação, informação e transporte, tem suas fronteiras territoriais suscetíveis a domínios diversos, principalmente pela regulação de agentes e/ou instituições externas (supranacionais).

O conjunto de fatores acima mencionado determinou a necessidade de um processo de internacionalização em todos os campos da sociedade, possibilitando o embricamento dos contextos locais ao global e vice-versa, o qual se intensificou a partir dos anos de 1990. No âmbito educacional, a internacionalização se configura como um processo próprio da educação de nível superior, especialmente no que concerne ao nível de pós-graduação, por se relacionar intimamente com o processo de pesquisa e produção do conhecimento.

A internacionalização da educação tem se caracterizado como meio para que os programas de pós-graduação e as instituições de educação superior possam garantir acesso ao conhecimento construído e disseminado mundialmente e como forma de os países em desenvolvimento atenderem às exigências e às dinâmicas impostas pelo processo de globalização. Como objeto e produto desse processo, a internacionalização adquire formas e características semelhantes à globalização, que podem estar associadas a práticas de

integração nacional e internacional ou à polarização, ou seja, ao aumento das assimetrias econômicas, sociais, educacionais, culturais, entre outras, em todo o mundo.

Partindo desses pressupostos, este trabalho objetiva analisar como se configura, no atual contexto das políticas educacionais, a internacionalização da pós-graduação brasileira, evidenciando o número de bolsas concedidas pela CAPES e os países escolhidos pelos alunos como destinos para a realização do processo de mobilidade. O texto está estruturado em três partes: a primeira discute as diferentes formas de internacionalização, ressaltando a inserção dos países nesse processo; a segunda apresenta as principais diretrizes para a internacionalização, oriundas dos organismos internacionais; e a terceira parte, tendo como referência os dados do GeoCapes, analisa como se configurou a expansão e a mobilidade da pós-graduação brasileira no período de 2001 a 2010.

1 DIFERENTES FORMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E A REPERCUSSÃO PARA AS POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

No mundo globalizado, observa-se uma estreita relação entre os objetivos de cunho econômico mundial e o crescente processo de internacionalização da educação, propiciando a mercantilização da educação tanto pela sua inserção na produção de mercadorias como pela possibilidade de mobilizar divisas entre os países. O processo de internacionalização da educação superior em todos os seus níveis, especialmente na pós-graduação, vem sendo delineado ao longo do tempo pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, que têm proporcionado intercâmbios acadêmicos cada vez mais dinâmicos e acessíveis. Esses intercâmbios englobam, entre outros aspectos, a mobilidade de pessoas, a circulação de programas, a abertura de *campi* e a instalação de instituições fora do país de origem (KNIGHT, 2002). Essas formas de prover a internacionalização acadêmica adquiriram ao longo de suas implementações duas características fundamentais, de acordo com o tipo de inserção dos países, das instituições e das pessoas nesse processo: ativa ou passiva.

A inserção ativa nesse processo tem sido vivenciada por políticas presentes nos países centrais, fortes economicamente, os quais têm implementado

[...] políticas de Estado voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos, a oferta de serviços educacionais no exterior envolvendo a mobilidade de *experts* em

áreas de interesse estratégico, a exportação de programas e instalação de instituições ou *campi* no exterior [...] (LIMA; MARANHÃO, 2009, p. 586).

Ainda para Lima e Maranhão (2009), nos Estados economicamente desenvolvidos, o incentivo às atividades de intercâmbio significa, sobretudo, ganho econômico com taxas, inscrições e gastos gerais feitos por estudantes com dinheiro proveniente de bolsas de estudo concedidas por seus países de origem ou mesmo com dinheiro privado das famílias; promoção cultural de seu país tanto em relação aos costumes quanto à língua; mão de obra qualificada, mesmo que por pouco tempo, quase sem custo para o Estado; controle migratório; captação de cérebros; fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento em virtude do domínio de patentes. Todas essas atividades têm sido associadas às áreas estratégicas do conhecimento, relacionadas ao setor produtivo.

É cada vez mais frequente que empresas privadas promovam programas de financiamento junto aos Estados para a promoção de pesquisas, financiando de forma direta a formação dos indivíduos, especialmente em nível superior, por meio de bolsas, projetos e programas de incentivo à formação e à pesquisa, adquirindo, assim, o direito de direcionar essa formação e/ou pesquisa em virtude de interesses próprios, ferindo os princípios de autonomia e liberdade acadêmicos das universidades. Como a pesquisa e as tecnologias são mais desenvolvidas nos países hegemônicos, há o fortalecimento da cultura e da educação dos países já detentores do poder mundial, que propagam sua supremacia por mais tempo ao longo da história, ou seja, há a acentuação de seu estado de centro nas decisões políticas e econômicas numa perspectiva global. A internacionalização, nesse sentido, é utilizada como instrumento de perpetuação da hegemonia dos países detentores de maior capital.

A inserção dos países no processo de internacionalização também acontece de forma passiva e, nesse sentido, segundo Lima e Maranhão (2009), os países, as instituições e as pessoas que participam desse processo são principalmente aqueles situados na periferia do mundo economicamente ativo, que se utilizam desse processo muito mais como consumidores dos produtos e dos serviços ofertados pelos países desenvolvidos, dependendo da oferta estrangeira. Concordando com esse posicionamento, Marrara e Rodrigues (2009) evidenciam que nessa perspectiva se incluem os intelectuais e/ou pesquisadores (discentes e docentes) que têm deixado seus grupos, regiões e países em busca do conhecimento, tão valorizado nos dias atuais. Esse comportamento tem levado à formação de uma numerosa e complexa categoria de intelectuais cosmopolitas, atuando em universidades, centros e institutos de ensino e pesquisa assim como em empresas privadas e organizações públicas que operam em escala mundial.

Pode-se evidenciar um quadro díspar entre os países que se inserem nessa lógica de internacionalização acadêmica de forma ativa e os que fazem parte de forma passiva, já que há benefícios cada vez maiores para os países que estão nesse processo ativamente. No entanto, são notáveis aspectos positivos no processo de internacionalização, como: a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa local/nacional nos países em desenvolvimento e a possibilidade de troca de experiências e de conhecimentos entre os pesquisadores e as nações.

Na pós-graduação, o processo de internacionalização se apresenta sob duas perspectivas: a institucional e a acadêmica. Na ótica institucional, relaciona-se mais estreitamente com a inserção das universidades e programas de pós-graduação na competitividade global. Segundo Marrara (2007, p. 248), apresenta-se “[...] como uma ferramenta de marketing a favor da promoção do nome da IES e da busca de novos consumidores para seus serviços, motivada geralmente por interesses financeiros [...]”. Tal objetivo encontra terreno fértil nos países que participam dessa lógica organizacional da educação ativamente, com estrutura e instituições preparadas para o recebimento de estudantes, docentes e pesquisadores. Já o objetivo acadêmico volta-se para uma internacionalização que visa o avanço de maneira a contribuir com o desenvolvimento qualitativo da educação e da ciência (MARRARA, 2007). Nessa perspectiva, está mais presente o ideal cooperativo em que a colaboração e a troca de experiências com a comunidade estrangeira geram conhecimentos mútuos e promovem o fortalecimento de instituições e programas pouco desenvolvidos.

No que se refere à internacionalização, podemos identificar, ainda, dois objetivos distintos. O primeiro delinea relações entre doadores e receptores em uma perspectiva de ajuda ou assistência provida por organismos ou instituições exteriores, denominada cooperação solidária, e o segundo representa ações que podem ocorrer mutuamente, estabelecendo uma relação de sociedade, operacionalizando-se pela via do mercado de serviços. Esses modelos têm sido fomentados por organizações de cunho “extranacionais”. Para Knight (2002, p. 139, tradução nossa),

[...] os benefícios acadêmicos, sociais e individuais de estudo do aluno no exterior são reconhecidos. Historicamente, eles foram organizados em uma base de troca institucional ou subsidiados por programas nacionais/institucional e têm sido tradicionalmente vistos como uma atividade sem fins lucrativos. Este continua sendo o caso, mas, ao mesmo tempo, tem havido um aumento concreto no comércio de programas de estudo no exterior oferecidos por uma variedade de fornecedores de educação.

Para a autora, o processo que se instaura com a internacionalização da educação, com diferentes perspectivas, é uma relação, em sua essência, contraditória, pois a cooperação internacional universitária pelos caminhos da solidariedade não é compatível com o processo de globalização, uma vez que, este último, pela sua própria natureza polarizadora, intensificadora das desigualdades em vários âmbitos da sociedade, dificulta ou torna inviável a solidariedade entre as nações.

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO NA VISÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: MERCANTILIZAÇÃO OU SOLIDARIEDADE?

A internacionalização da educação superior não é um processo novo, mas é intensificado no contexto da globalização e assume nova configuração no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Na atualidade, conta com a atuação dos organismos internacionais, que têm desempenhado um papel fundamental na elaboração de diretrizes, no sentido de orientar os países a internacionalizarem seus sistemas de ensino superior, elaborando documentos que têm disseminado a pertinência desse processo para, entre outros objetivos, fortalecer uma cultura de produção de conhecimento que poderá ser utilizado pelos setores de ciência e tecnologia dos Estados nacionais. Essa nova demanda traz um maior incentivo ao setor de pesquisa das instituições, o que valoriza a pós-graduação no âmbito dos processos de intercâmbio internacional, principalmente nas áreas tecnológicas, gerando inovações que podem ser reutilizadas no processo produtivo.

Para melhor compreensão das diretrizes estabelecidas para a internacionalização da educação, ressaltamos, no âmbito da UNESCO, a *Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe – CRES 2008* e o comunicado da *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social* e, no que se refere ao Banco Mundial (BM), o documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995).

A Declaração (2008) advinda da conferência regional preparatória da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) busca identificar os principais problemas e diretrizes para a região latino-americana e caribenha a serem considerados na Conferência internacional, reconhecendo a educação superior como um elemento imprescindível para o desenvolvimento das nações e para a resolução de problemas

que afetam o mundo em um contexto de degradação ambiental, humana e social. Nessa Declaração, dissemina-se uma política de cooperação internacional na tentativa de fortalecer os sistemas de educação superior da América e Latina e do Caribe, possibilitando a inserção desses países no processo de internacionalização com maior equidade social.

Porém, ao observarmos o Documento produzido para as diretrizes em contexto mundial (2009), percebemos um desvio de objetivos, quando, em consonância com a ideia de “sociedade do conhecimento”, afirmam a necessidade da existência de “[...] polos e redes de excelência em pesquisa, inovações no ensino/aprendizagem e novas abordagens aos serviços da comunidade” (UNESCO, 2009, p. 4). Não há como pensar em uma sociedade mais justa se, ao mesmo tempo, é priorizada uma realidade em que uns devem ser mais valorizados que outros. Em seu item denominado “Internacionalização, regionalização e globalização”, o Comunicado (2009) exibe um discurso de cooperação e solidariedade entre os países, para que possam, através da circulação do saber, ajudar as nações menos favorecidas a se desenvolverem. Segundo Siufi (2009), há uma diferenciação no que a própria UNESCO denomina de “cooperação internacional” e “internacionalização”, na qual a primeira é referenciada quando se tem presente uma fonte de financiamento externa que propicie integração e colaboração política e institucional e a segunda quando ela se converte em instrumento de fortalecimento das capacidades de inserção ativa das nações no contexto dos desafios e possibilidades da globalização mundial, utilizando-se de políticas mais ativas que provoquem maior presença e visibilidade internacional.

No comunicado da Conferência Mundial sobre Educação Superior (2009), há, ainda, uma vinculação da internacionalização da educação de nível superior à emergência de respostas ao mundo globalizado. Percebe-se uma mudança de postura da UNESCO (2009, p. 4) quando, em consonância com a ideia de “sociedade do conhecimento”, afirma a necessidade da existência de “[...] polos e redes de excelência em pesquisa, inovações no ensino/aprendizagem e novas abordagens aos serviços da comunidade”. Na Declaração, há o entendimento de que o mundo é hoje conectado em redes de comunicação e de mobilidade e a educação não pode ficar à margem desse processo, pois a disposição transfronteiriça de educação superior pode trazer uma contribuição significativa para a educação de qualidade, promovendo valores acadêmicos, mantendo a relevância e respeitando os princípios básicos de diálogo e cooperação, reconhecimento mútuo pelos direitos humanos, diversidade e soberania nacional.

Na Declaração (2009), há o reconhecimento da necessidade de se avançar em pesquisa, inovação e criatividade, de maneira a contribuir para a erradicação da pobreza, o

desenvolvimento sustentável e o progresso. Nessa perspectiva, a educação de nível superior é concebida como uma estratégia para o satisfatório enfrentamento de crises nos mais diversos campos da sociedade (econômico, social, cultural etc.), em níveis locais e globais, principalmente por meio da pós-graduação, em que estão mais presentes a prática da pesquisa e a busca pela inovação pautada também no desenvolvimento da criatividade. No Comunicado (2009), emerge outra dimensão, a “inovação” como aliada dos processos de ensino e pesquisa. Esse novo elemento, entendido no Documento como a produção de ciência e tecnologia, por meio da pesquisa acadêmica, a serviço da população, é resultado dessa ideia de sociedade capaz de gerar novos conhecimentos e impulsionar o setor de produção de mercadorias materiais e imateriais do sistema capitalista.

Outra instituição que tem elaborado diretrizes para a educação superior é o Banco Mundial. Para esse organismo, o incentivo ao intercâmbio internacional é meio para se alcançar qualidade, adaptabilidade e equidade da educação superior nas diferentes regiões do mundo. Está explícita no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* a prioridade ao doutorado sanduíche em detrimento do doutorado pleno. Nesse sentido, afirma:

Los programas de estudios superiores, en “sandwich”, en los que la universidad nacional elabora un programa de investigación pertinente en cooperación con una institución extranjera, tienen muchas más probabilidades de contribuir a consolidar los programas de enseñanza e investigación de las universidades nacionales que los de doctorado tradicionales en el exterior (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 77).

Essa medida é entendida pelo BM como uma forma de, ao mesmo tempo, garantir o processo de aprendizagem e investigação com base na troca com outros pares e assegurar também o retorno dessas pessoas, que, ao cursarem todo o doutorado em um país estrangeiro, tendem a não mais voltar e a deixar de contribuir para o avanço de seu país ou instituição de origem. O BM enfatiza a importância da cooperação regional, porém que privilegie nações com programas de pós-graduação consolidados. No que se refere aos países que não têm uma pós-graduação consolidada nem tradição de pesquisa, os alunos devem ser subsidiados a cursarem por um período em outros programas que podem ser nacionais ou internacionais.

O Banco Mundial incentiva o setor privado a investir na pós-graduação, particularmente pensando na relação direta entre investigação e indústria, principalmente pela necessidade que a indústria tem de novos produtos, processos e métodos de produção.

En los países en desarrollo hay numerosas formas de cooperación entre las instituciones y los sectores productivos. Los encargados de definir y preparar activamente nuevos planes de estudio, vigilar la gestión institucional, organizar la colocación de estudiantes, disponer la adscripción temporal de personal de las instituciones terciárias y tomar las medidas necesarias para que el personal académico adquiera experiencia en la industria, pueden contribuir a adecuar la educación a las necesidades del país y a la estructura cambiante del mercado laboral (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 86).

Trata-se de uma visão reducionista do que seja o papel da pós-graduação e da investigação, como sendo de caráter apenas instrumental e direcionadas para o mercado de trabalho, desprezando toda a concepção de formação e de pesquisa que considera todos os aspectos inerentes à vida humana, não só ao mundo do trabalho.

A internacionalização, nos moldes que o BM propõe, faz com que os países em desenvolvimento tenham de vencer suas dificuldades de recursos financeiros para se inserirem nesse contexto mundializado e competitivo. Portanto, a ideia de internacionalização de maneira horizontal, difundida pela UNESCO, baseada na cooperação solidária, finda por se resumir numa relação vertical de subordinação dos países emergentes aos países desenvolvidos e/ou entre instituições. Um exemplo desse processo é citado por Silva, Gonzalez e Brugier (2008, p. 112), que dizem que “[...] a maior parte dos processos de internacionalização na América Latina se inscreve em relações desiguais com países desenvolvidos”, nas quais essa região participa apenas como consumidora dos serviços e provedora dos recursos humanos qualificados.

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

O Brasil se insere no processo de internacionalização de modo muito tardio, até porque seu sistema de ensino superior é muito novo, se comparado com o de outros países europeus. A importância da pós-graduação no Brasil só começa a ser sentida a partir da década de 1930, pela necessidade de incrementar o desenvolvimento econômico do país, com a intensificação do processo de industrialização, que passou a exigir a inserção da ciência, com seus métodos de pesquisas, na educação em nível superior, originando assim a necessidade da escola pós-graduada no Brasil.

Segundo Castro e Cabral Neto (2012), embora já existisse no país a consciência da necessidade de investimentos na formação pós-graduada, constata-se que foi apenas em

dezembro de 1965 que o então Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer n. 977, o Parecer Sucupira, como ficou conhecido, reconhecendo as experiências de pós-graduação brasileiras como um novo segmento de ensino e traçando o primeiro formato institucional básico, diferenciado em dois níveis: o mestrado e o doutorado. A importância da pós-graduação no período de ditadura militar brasileira (1964-1985) se justificou pela premência do desenvolvimento econômico do país, tendo em vista atender às novas demandas decorrentes do avanço do processo de modernização da sociedade. Nessa época, a maioria dos mestrados e doutorados era realizada fora do âmbito nacional.

Na atualidade, a pós-graduação se constitui em um espaço privilegiado para a formação de quadros profissionais de alto padrão de qualidade e para a produção de conhecimento, como resultado da realização de pesquisa científica em todas as áreas. Portanto, em um contexto social em que o conhecimento assume foro privilegiado, a pós-graduação se destaca como uma área de ensino estratégica para que os países se integrem de forma mais competitiva no cenário global.

Para analisar como vêm se configurando a internacionalização e a mobilidade dos estudantes da pós-graduação no Brasil, toma-se como dimensão de análise a evolução no número de bolsas ofertadas pela CAPES no período de 2001/2010, considerando ainda os países escolhidos pelos mestrandos e doutorandos. A Tabela 01 permite visualizar a evolução das bolsas concedidas pelas CAPES e a distribuição de alunos em mobilidade estudantil.

Ano	Total	%	Mestrado Pleno	Doutorado Pleno	Doutorado Sandwich	Pós-Doc	Estágio Sênior	Prof. Visitante no exterior	Maior distribuição por país
2001	2.078	-	22	932	713	407	0	0	EUA/França/Alemanha
2002	2.211	6,4	16	894	840	454	0	0	EUA/França/Alemanha
2003	2.399	8,5	2	967	969	455	0	0	EUA/França/Reino Unido
2004	2.504	4,4	1	940	1.019	535	0	0	EUA/França/Reino Unido
2005	2.893	15,5	1	947	1.298	641	0	0	EUA/França/Alemanha
2006	3.231	11,7	1	932	1.530	762	0	0	EUA/França/Alemanha
2007	3.252	0,6	2	915	1.500	830	0	0	EUA/França/Alemanha
2008	3.205	-1,4	1	723	1.558	923	0	0	EUA/França/Alemanha
2009	3.285	2,5	0	660	1.682	847	79	0	França/EUA/Alemanha
2010	3.478	5,9	3	577	1.890	729	204	49	França/EUA/Portugal
2001/2010 Δ%	67,4	-	-86,4	-38,1	165,1	79,1	158	-	-

Tabela 01: Distribuição de bolsistas da pós-graduação de acordo com a modalidade de bolsa e principais países de acolhimento - 2001-2010

Fonte: GeoCapes.

Os dados da Tabela 01 mostram que houve um aumento substancial de bolsas para o exterior, da ordem de 67,4%. Em 2001, a CAPES disponibilizou 2.078 bolsas para todas as modalidades e níveis de pós-graduação e, em 2010, essas bolsas chegaram a 3.478. O ano de 2005 foi o ano de maior crescimento no número de bolsas (15.5%), podendo-se inferir que o aumento dessas bolsas estava afinado com as diretrizes do V PNPG (2005-2010), que defende a educação como fator estratégico para o desenvolvimento do país. Há nesse Plano clara referência à necessidade de formação de recursos humanos qualificados, incentivo à mobilização da comunidade acadêmica nacional e a sua integração com a comunidade científica internacional. Pode-se observar que há um declínio na quantidade de bolsas nos anos subsequentes, chegando, no ano de 2010, a um percentual de apenas 5,9% no número de bolsas ofertadas.

No que se refere ao crescimento evolutivo nas modalidades de bolsas, não há um crescimento homogêneo, pelo contrário, nos dados do mestrado e do doutorado pleno, constata-se uma redução (-86,4%) das bolsas ofertadas para o mestrado e (-38,1) para o doutorado, o que demonstra que a CAPES não tem priorizado esse tipo de bolsa para o exterior. Esse fato pode estar relacionado com a expansão do número de programas de pós-graduação em todo o país, ocorrida com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96 (LDB) e as políticas implementadas para o ensino superior após a sua regulamentação. Outro fator que deve ser considerado é que, na atualidade, já existe no país uma capacidade instalada de instituições que oferecem a pós-graduação com qualidade comparável com o mestrado e doutorado de instituições estrangeiras, sendo que o financiamento do doutorado pleno é muito mais oneroso do que financiar etapas, como é o caso do doutorado sanduíche. Esse posicionamento é defendido também pelo Banco Mundial, que priorizou em suas diretrizes o doutorado sanduíche por entender que esse modelo é o mais adequado para consolidar os programas de pós-graduação.

A CAPES segue essa diretriz, o que pode ser observado no período estudado (2001 a 2010), no qual os doutorados sanduíches tiveram um aumento de 165,1%. Em 2001, eram apenas 713 bolsas e, em 2010, foram ofertadas 1.890, com um aumento percentual de 165,1%. As bolsas de pós-doutorado cresceram na ordem de 79,1%. Em 2001, eram 407 bolsas distribuídas pelos diferentes países e, em 2010, esse número chegou a 729. Também se registra a criação de novos tipos de bolsas, como a de estágio sênior, que teve início em 2009, com 79 bolsas, crescendo em 2010 para 204, bem como a bolsa para professor visitante no exterior, que surge apenas em 2010, com 49 bolsas concedidas.

Ainda considerando a Tabela 01, merece destaque a análise de quais são os países que despontam como os principais receptores de alunos brasileiros do exterior. Pode-se observar que apenas cinco aparecem como grandes receptores: Estados Unidos da América (EUA), França, Alemanha, Reino Unido e Portugal (2010). No entanto, o grande receptor de 2001 até 2008 são os Estados Unidos da América, que aparecem em primeiro lugar, seguidos pela França. Apenas em 2009 essa tendência se inverte, aparecendo a França em primeiro lugar, seguida pelos EUA. Essa escolha confirma a tendência que vem se mantendo na mobilidade estudantil mundial, em que já se registrava que a falta de competitividade entre os países para captar alunos para a mobilidade estudantil tem feito com quem os países desenvolvidos sejam os grandes receptores.

Segundo Castro e Cabral Neto (2012), o processo de mobilidade estudantil gera dividendos econômicos, uma vez que a atração dos estudantes internacionais também pode ser entendida como um comércio que gera divisas para os países que os recebem. Essas divisas são extremamente variadas, compreendendo as taxas de inscrições e anuidades que os estudantes têm que pagar nos países receptores, além de despesas com transporte, habitação, alimentação, saúde e lazer, que são custeadas ou por suas famílias ou por bolsas de estudos, na maioria das vezes, provenientes dos países de origem desses estudantes.

Para Ianni (2011), com a crescente valorização do conhecimento, o Estado, as empresas e as famílias passam a valorizar os centros acadêmicos que fomentam pesquisas e formam profissionais cosmopolitas com elevadas chances de sucesso profissional. Segundo Aurélie Filippetti (2007 *apud* LIMA; MARANHÃO, 2009), os países reconhecidos pelo poder de atração e acolhimento acadêmico de estudantes, além de capitalizar recursos financeiros diretos e indiretos, têm, ainda, como vantagens: a) contribuir para ampliar a rede mundial de influência cultural e política; b) selecionar os melhores cérebros; c) beneficiar-se de mão de obra especializada; d) promover transferência de tecnologia; e) criar um ambiente de aprendizagem multicultural; e f) enfrentar a imigração não controlada.

No caso específico da mobilidade em países da América Latina, a Tabela 02 permite verificar que esse movimento ainda é muito incipiente. Para a análise do processo de mobilidade, foram considerados os dados do Geocapes, que mostram os principais países escolhidos por estudantes brasileiros no período de 2006 a 2010.

Nº de países	Países	Total de alunos	Anos					2006/2010 Δ%
			2006	2007	2008	2009	2010	
1	Argentina	171	25	15	11	58	62	148
2	Chile	14	2	2	3	4	3	50
3	Cuba	17	4	3	1	0	9	125
4	Equador	51	6	9	10	17	9	50
5	México	56	11	6	7	15	17	54,5
6	Uruguai	19	3	2	2	4	8	166,7

Tabela 02: Distribuição de bolsistas da pós-graduação nos principais países da América Latina - 2006-2010

Fonte: GeoCapes (dados coletados em 15/08/2012).

A Tabela 02 permite identificar que a Argentina se destaca como o primeiro destino escolhido pelos estudantes brasileiros, com um total de 174 alunos em mobilidade, distribuídos de forma diferenciada entre os anos, mostrando que em alguns momentos houve uma redução na oferta de bolsas. Por exemplo, em 2006, foram para a Argentina 26 alunos, número que cai no ano de 2007 para 15 alunos e, em 2008, para 11. Somente a partir do ano de 2009 há um movimento evolutivo, 58 em 2009 e 62 em 2010. Considerando o período de 2005 a 2010, o crescimento foi de 148%, o que demonstra que está em ascensão a concessão de bolsas para o país e há uma maior procura pelos estudantes. O México é o segundo país escolhido pelos estudantes, em um total de 56 alunos na série histórica considerada, com um crescimento de 54,5% no período. Registra-se entre os anos uma oscilação pequena: em 2006, 11 alunos são enviados ao México; em 2007 e 2008, há uma redução desses números, com uma elevação em 2009 e 2010. O Equador aparece em terceiro lugar, com 51 alunos. O ano em que há uma maior procura pelo Equador como destino para a mobilidade estudantil é o de 2009, com 17 alunos enviados, caindo esse número para 9 no ano de 2010. Chile, Cuba e Uruguai também aparecem como destinos escolhidos pelos estudantes, porém, em menor escala, mostrando-se quase insignificante. O ano de 2009 registra um envio zero de estudantes para Cuba, com um crescimento de 9 alunos no ano de 2010.

Os dados permitem observar que a mobilidade de estudantes na América Latina acontece muito lentamente. Há uma diferença substancial em números quando se considera a procura por países da Europa ou da América do Norte. Isso indica o quanto as políticas de integração entre os países da região precisam melhorar para que estes possam aparecer como destino para os estudantes brasileiros. Vários fatores podem, ainda, estar associados a essa baixa procura, entre eles: o sistema de educação superior da América Latina, que é muito

diversificado, com instituições apenas de ensino; outras instituições que abrangem as dimensões de ensino, pesquisa em extensão, com programas de pós-graduação pouco consolidados; universidades que não despontam nos *rankings* das melhores universidades do mundo, constituindo-se, assim, um espaço pouco atrativo para os estudantes, apesar das várias iniciativas que os países vêm desenvolvendo. Conforme Castro e Cabral Neto (2012), embora a região abrigue universidades bem pontuadas na classificação internacional, elas constituem um número bastante reduzido.

Segundo autores que estudam a temática, entre eles, Lima e Maranhão (2009), isso acontece porque, nessa região, o sistema de educação superior não alcançou a maturidade e os países ainda não dispõem de política capaz de estimular a internacionalização ativa, embora, nos últimos anos, alguns países da América Latina tenham procurado se inserir no contexto global de forma mais dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, com as mudanças contextuais ocorridas na sociedade, a educação tem sofrido uma série de reformas para se adequar às novas exigências do capital. A pós-graduação em especial, por seu objetivo de produzir conhecimentos e de ser um dos espaços privilegiados de formação de pesquisadores, fatores decisivos no desenvolvimento dos países, tem sido objeto de políticas que trazem em suas diretrizes a expansão, a internacionalização e a mobilidade acadêmica como estratégias que podem possibilitar a consecução desses objetivos.

Na orientação do desenho que as políticas para esse nível de ensino devem seguir, estão os organismos internacionais, entre eles: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial (BM). Partindo do mesmo entendimento ideológico, ou seja, da necessidade de adaptação da sociedade às ideias neoliberais, esses organismos diferem em alguns aspectos no que se refere ao entendimento da função da educação e da sua importância na sociedade do conhecimento. A UNESCO defende a perspectiva de que a educação é um bem público e nesse sentido entende que esta deve ser internacionalizada, tendo como princípio a solidariedade e a cooperação. Por outro lado, o Banco Mundial tem recomendado uma maior integração com o setor privado e empresarial e indica a internacionalização como forma de os países poderem ter uma maior

receita por meio dos serviços que são prestados aos consumidores. Essas concepções geram tendências e tensões que têm contribuído para a reestruturação dos sistemas de educação superior.

O Brasil vem se inserindo nessa dinâmica de internacionalização de forma gradativa, mas é patente que a mobilidade estudantil é um processo em constante expansão, constatada por meio da ampliação do número de bolsas concedidas para promover a internacionalização dos estudantes de pós-graduação, muito embora esse crescimento não signifique que o país esteja em uma posição confortável, quando comparada à realidade de outros países. No geral, os estudantes brasileiros preferem os Estados Unidos para a mobilidade estudantil e, na América Latina, a Argentina aparece como a primeira preferência. Apesar de se registrar um crescimento significativo de bolsas concedidas pela CAPES, ainda é muito pequeno o número de estudantes brasileiros que conseguem complementar seus estudos no exterior. O Brasil necessita realizar, ainda, investimentos significativos na pós-graduação para que possa construir caminhos mais promissores para a sua inserção qualificada e, portanto, mais competitiva no mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiência. Banco Mundial: Washington, 1995. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>> Acessos em: 25 out. 2012.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Internacionalização do ensino superior**: estratégia de solidariedade ou de mercado? [S.l.]: AFIRSE, 2010. p. 1-24.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; CABRAL NETO, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, 2012.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. Comercialização no ensino superior: é possível manter a ideia de bem público? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 84, set. 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KNIGHT, Jane. GATS – Higher Education Implications, Opinions and Questions. In: **First Global Forum on International Quality Assurance, Accreditation and the Recognition of**

Qualifications in Higher Education: “Globalization and Higher Education”. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001314/131402e.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 3, nov. 2009.

MARRARA, Thiago. Internacionalização da pós-graduação: objetivos, formas e avaliação. **RBPG**, Brasília, n. 8, p. 245-262, dez. 2007.

MARRARA, Thiago; RODRIGUES, Jonas de Almeida. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **RBPG**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 121-143, dez. 2009.

MIRANDA, Xiomara Zarur. Integración regional e internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe. **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

SILVA, Camilo Croso; GONZALEZ Marina; BRUGIER, Yana Scavone. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

SIUFI, Gabriela. International cooperation and the internalization of higher education. **Educación superior y sociedad**. 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 27 set. 2012.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 24, n. 48-49, p. 35-57, 2003.

THERBORN, Göran. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2008.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. Paris, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13556&Itemid=956>. Acesso em: 10 abr. 2012.

UNESCO. **Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe – CRES**. Colômbia, 2008. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/dmdocuments/declaracaocres_portugues.pdf> Acesso em: 24 mar. 2013.